

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 31 de Janeiro de 2009.**

**Área Temática: Biocombustíveis**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Isto é Dinheiro Rural  
Revista Globo Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

## Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL.....	4
Etanol.....	5
<b>Ventos brasileiros podem atender mais de 60% do consumo de energia</b> - Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 01/1/2009 .....	5
<b>Usinas de cana têm problemas de crédito</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/01/2009 .....	7
<b>Crise ameaça projetos de geração solar</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/01/2009 .....	7
<b>Produção de álcool tem aumento de 21,4%</b> - Gustavo Porto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/01/2009.....	8
POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS .....	9
Biodiesel .....	9
<b>Enxofre no diesel</b> – Ricardo Abramovay – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 05/01/2008 .....	9
<b>Algodão e girassol têm potencial para biodiesel</b> – Sítio Eletrônico do MAPA – 06/01/2009 .....	10
Etanol.....	11
<b>Relatório mostrará efeitos da expansão da cana-de-açúcar</b> – Sítio Eletrônico do MST – 06/01/2009.....	11
RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	13
Biodiesel .....	13
Etanol.....	14
<b>Obama quer dobrar energia limpa nos EUA</b> – Folha de São Paulo – Ciência – 10/01/2009 .....	15

## Segunda Quinzena

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL.....	16
<b>Etanol</b> .....	16
<b>Usinas de cana adiam investimentos</b> - Eduardo Magossi e Gustavo Porto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/01/2009.....	16
Setor sucroalcooleiro emprega 49% da mão-de-obra escrava – Sítio Eletrônico do MST – 26/01/2009.....	17
<b>Troca de soja por cana frustra agricultores no Centro-Oeste</b> - Mônica Scaramuzzo e Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócio - 28/01/2009.....	18
<b>Co-autor da história do etanol, "Dr." Cícero vira a própria página</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócio - 30/01/2009.....	19
POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS .....	22
<b>Biodiesel</b> .....	22

<b>Alga entra no "menu" dos biocombustíveis</b> - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 22/01/2009 .....	22
<b>Etanol</b> .....	24
<b>Brasil economiza US\$ 976 milhões em importação de diesel</b> – Sítio Eletrônico da CNA – 22/01/2009 .....	24
<b>Mangabeira Unger e o Nordeste</b> – Sítio eletrônico da CPT – 26/01/2009.....	24
<b>Reunião discute ações para qualidade da energia elétrica nas propriedades rurais</b>	-
Sítio eletrônico da Fetraf – 23/01/2009 .....	26
<b>Área de plantio de cana será aumentada</b> - Luiza Damé – O Globo – Nacional – 22/01/2009 .....	27
<b>Heróis de Lula, usineiros demitiram 70 mil em 2008. Presidente ficou estarrecido</b> – Eliane Oliveira - O Globo – Economia – 24/01/2009 .....	29
<b>RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b> .....	29
<b>Etanol</b> .....	29
<b>A política energética de Obama</b> - <i>José Goldemberg</i> – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 20/01/2009 .....	29
<b>Setor de biocombustível dos EUA espera retomada este ano</b> - Dirk Lammers – Valor Econômico – Agronegócios- 19/01/2009 .....	32

## AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

### **Biodiesel**

**ANP quer investir em pesquisas na área de biodiesel** – Patrick Cruz – Valor Econômico  
– 05/01/2009

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) pretende usar em 2009 parte de sua dotação para pesquisa também em projetos de biodiesel. A intenção da ANP é acelerar o processo de redução da dependência que o Brasil ainda tem da soja para a produção do biocombustível.

Entre os focos das pesquisas estará o uso do pinhão-manso com matéria-prima. "Ele não é usado para nada, não serve como alimentação nem disputa área com os alimentos", diz Edson Silva, diretor de abastecimento da ANP. "O que o pinhão-manso precisa é escala".

Por lei, as empresas petroleiras destinam à agência 1% da receita com a exploração de grandes campos. Os recursos são reservados para projetos de pesquisa e desenvolvimento na área de combustíveis. Metade dessa verba é utilizada em projetos de pesquisa desenvolvidos pelas próprias companhias. A outra metade destina-se a estudos que têm universidades e institutos de pesquisa à frente.

Hoje, apenas projetos ligados à cadeia petrolífera têm sido financiados por essa verba, segundo Silva. "Mas não há impedimento para o uso dos recursos também no biodiesel. A agência é de petróleo, gás natural e biocombustíveis", diz. Em 2008, o 1% recolhido pela ANP representou cerca de R\$ 950 milhões.

O programa brasileiro de biodiesel surgiu com a bandeira de incentivo à adoção da mamona como matéria-prima, alternativa então tida pelo governo como a ideal para a participação da agricultura familiar na recém-nascida indústria. No entanto, a baixa produtividade e a produção concentrada na agricultura de pequena escala mantiveram as usinas afastadas da oleaginosa. A própria ANP editou em 2008 uma resolução em que considerou a viscosidade da mamona imprópria para a produção de biodiesel sem a adição do óleo de outras matérias-primas.

A redução da dependência da soja, matéria-prima de mais de 70% da produção nacional de biodiesel, é um dos dois desafios do setor neste ano, avalia Silva. "É natural que a soja tenha surgido como fonte principal: ela tem uma estrutura bem montada, profissional e tem escala, mas precisamos diversificar as matérias-primas".

O segundo desafio, diz o executivo, é o da redução dos custos. O recurso exigido para a produção de um litro de biodiesel é mais alto que o de um litro de diesel convencional. "Mas é um preço que, acredito, a sociedade está disposta a pagar. O biodiesel é um combustível renovável, agride menos o meio ambiente - o que pode reduzir os gastos do Estado com saúde - e, por ser produzido aqui, diminui nossa dependência do diesel importado", disse. "O custo não pode inibir o aumento do percentual de adição obrigatória". No dia 1º de janeiro, a mistura compulsória de biodiesel com diesel à base de petróleo completou um ano. Com obrigatoriedade inicialmente estabelecida em 2%, a adição passou a 3% em julho, embora a indústria tenha mantido a expectativa de elevação para 5% ainda em 2008. O cronograma prevê elevação a esse patamar apenas em 2013.

De forma surpreendente, avalia Silva, os maiores entraves do programa ocorreram na primeira metade do ano, quando ainda vigorava a mistura de 2%. "Os seis primeiros meses

foram razoáveis. Não houve problemas de abastecimento, mas de entrega e de pagamento. O programa era muito recente e o mercado ainda estava se adaptando a ele".

No primeiro semestre, foi necessária a realização de quatro dos chamados leilões de segurança - diferentemente dos leilões convencionais, realizados pela ANP, os de segurança são feitos pela Petrobras para recomposição de estoques. No segundo semestre, apenas duas dessas rodadas adicionais foram exigidas, afirma Silva.

Já em seu primeiro ano, o uso obrigatório de biodiesel no Brasil foi marcado também pelos problemas financeiros da Agreco e da Brasil Ecodiesel, então a maior empresa do setor no país. "No começo houve uma canibalização de preços muito grande. Não é juízo de valor, mas uma constatação: quem foi mais arrojado se deu pior e as mais cautelosas, muitas vezes, até anteciparam entregas", disse. Apesar dos problemas, no intervalo de 12 meses, o número de usinas autorizadas a operar passou de 43 para 62 e a capacidade instalada do setor cresceu de 2,42 bilhões para 3,76 bilhões de litros.

## **Etanol**

**Ventos brasileiros podem atender mais de 60% do consumo de energia** - Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 01/1/2009

O maior potencial está no litoral nordestino, em especial do RN e CE; produção atual do País é inferior a 1%

A brisa que refresca os banhistas nas praias do Nordeste tem um potencial econômico ainda maior do que o de atrair turistas para a região. A velocidade dos ventos que sopram por ali tem a capacidade de gerar energia elétrica suficiente para atender mais da metade da necessidade energética do Brasil.

Essa é a conclusão de um estudo conduzido por pesquisadores do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), órgão ligado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), divulgado em dezembro. Usando dados do Atlas do Potencial Eólico Brasileiro, eles calcularam que em mais de 71 mil km<sup>2</sup> do território nacional ocorrem ventos com velocidade adequada para a geração de energia - a mais de 7 metros por segundo.

A maior parte dessa área fica no litoral nordestino, em especial nos Estados voltados para o Hemisfério Norte, como Ceará e Rio Grande do Norte, mas há também pontos com bom vento no interior da Bahia e nas Regiões Sul e Sudeste.

Segundo o físico Fernando Barros Martins, que coordenou o trabalho publicado na Revista Brasileira de Ensino de Física, se todo esse potencial fosse convertido, seria possível gerar cerca de 272 terawatts/hora (TWh) por ano de energia elétrica. Atualmente o consumo brasileiro está em cerca de 424 TWh/ano (dados referentes a 2006), a maior parte suprida por hidrelétricas. A energia gerada por vento responde por menos de 1%.

Essa capacidade pode ser ainda maior, porque os cálculos levaram em consideração o uso de aerogeradores que captam o vento a 50 metros de altura. Novas torres já alcançam 120 metros. Quanto mais alto, mais vento.

O uso modesto chama a atenção em um momento em que o Brasil enfrenta aumento da demanda por eletricidade e tende a “sujar” sua matriz. Por ser quase toda baseada em água, uma fonte renovável, a matriz brasileira é considerada limpa, pouco emissora de gases que provocam efeito estufa, como o CO<sub>2</sub> eliminado pelos combustíveis fósseis, principais vilões do aquecimento global.

Ocorre que, diante de uma maior necessidade, o País tem feito cada vez mais uso de termelétricas movidas a gás natural, que, apesar de menos poluente que o carvão mineral ou o diesel, ainda é um grande emissor de gás carbônico.

O investimento em energia eólica, afirma Martins, seria particularmente interessante para diminuir a pressão pela construção de mais hidrelétricas (limpas, porém impactantes para o ambiente) ou mesmo termelétricas. “No Nordeste, isso é um problema nos períodos de seca prolongada. E justamente no período de menor chuva, durante o inverno e a primavera, é quando mais venta”, explica.

Ele defende que o momento de investir é agora, tanto por questões de segurança energética quanto por causa do aquecimento global. “Algumas estimativas falam em aumento de 3,5% por ano do consumo de energia no Brasil nos próximos anos. E em vários lugares o potencial hídrico já está quase esgotado.”

**VENTO CONTRA ESTUFA** - Desde o início da década de 1990, o setor de energia eólica cresce em todo o mundo, com impulso maior nos últimos cinco anos, a partir do momento em que países desenvolvidos se comprometeram a reduzir emissões de gases-estufa. No final de 2006, a capacidade global instalada atingiu cerca de 74,2 mil megawatts (ou 0,074 terawatts), 20% maior que no ano anterior.

Os países europeus são os mais entusiastas desse tipo de energia, com destaque para Alemanha, Inglaterra, Holanda, Noruega e Dinamarca, tradicionalmente movidos a termelétricas. Em dezembro, a União Europeia se comprometeu a reduzir, até 2020, 20% de suas emissões - na comparação com valores de 1990. Para atingir isso, deve, entre outras coisas, ter 20% de sua energia proveniente de fontes renováveis, o que deve aumentar ainda mais o investimento em eólica. Só a Alemanha anunciou planos de construir mais 30 usinas no mar até 2030, elevando sua capacidade eólica em mais 25 mil megawatts na ocasião.

O grupo de Martins agora estuda quais serão os impactos das mudanças climáticas para a geração de energia eólica no Brasil. Ele afirma que os primeiros resultados já projetam um aumento da quantidade de ventos nas próximas décadas, mas essa é uma notícia a ser vista com cuidado. “Para as novas instalações será importante ter esses dados em mãos, porque se forem construídas para trabalhar com uma intensidade menor de ventos, o aumento pode prejudicar o investimento.”

**Usinas de cana têm problemas de crédito** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios  
– 07/01/2009

Mesmo com todos os esforços do governo federal para disponibilizar recursos para as empresas exportadoras, as usinas de cana-de-açúcar ainda encontram dificuldade em ter acesso a esses recursos. A informação é do secretário de Agricultura de São Paulo, João Sampaio, que concedeu ontem entrevista ao AE Broadcast Ao Vivo. “Ainda temos o problema de crédito nas usinas de São Paulo, o que as coloca em dificuldade para continuar operando”, afirmou Sampaio. Segundo o secretário, o setor sucroalcooleiro é a principal atividade do agronegócio paulista e representa sozinho 30% do setor produtivo no Estado.

**Crise ameaça projetos de geração solar** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios –  
07/01/2009

Nos últimos cinco anos, o boom da geração de energia solar fotovoltaica marcou o nascimento de uma indústria global. Mas os próximos cinco anos devem assinalar o início da adolescência para essa indústria, repleto de transições dolorosas. A crise econômica enfraqueceu a demanda para componentes, de silício a painéis solares, justo no momento em que os fabricantes gastaram bilhões para expandir sua produção. O excesso de capacidade instalada levou os preços ao chão. Um grande número de companhias, especialmente as embrionárias, não deve sobreviver à crise, que pode durar 18 meses ou até mais.

As causas da derrocada são complexas. À medida que o preço do petróleo cai, tanto a energia solar quanto outras formas de energia renovável se tornaram menos competitivas, o que amorteceu a demanda por parte dos consumidores industriais e residenciais.

Ao mesmo tempo, a crise de crédito tornou mais difícil financiar novos projetos de geração solar. Durante uma recente viagem à Europa, Peng Xiaofeng, presidente da LDK Solar, fabricante chinês de placas solares, conheceu projetos que ainda devem permanecer no papel pelos próximos anos. “Estão todos atrasados”, diz Xiaofeng. “Não acredito que eles estarão prontos até 2010 ou 2011.”

O impacto na indústria tem sido rápido. Após crescer 50% ao ano desde 2004, o mercado para novas instalações de geração solar deve crescer apenas 15% em 2009. Os preços no varejo dos painéis fotovoltaicos devem cair um terço em 2009 por causa do excesso de oferta. Para completar, Espanha e Alemanha, os maiores mercados do planeta para painéis fotovoltaicos, reduziram os subsídios que eles ofereciam para as indústrias nascentes.

Os preços das ações das empresas de energia solar refletem a virada nos acontecimentos. O Claymore/MAC Global Solar Energy Index, índice de empresas do setor, caiu 71% desde seu lançamento em abril de 2008. A empresa chinesa SunTech,

fundada em 2001 e agora o maior fabricante do mundo de células fotovoltaicas, viu o valor de suas ações despencar quase 90% desde o início de 2008.

Mas os observadores dessa indústria permanecem confiantes acerca das possibilidades que o setor oferece no longo prazo. Se os preços dos painéis caírem nos próximos 12 a 18 meses, a energia solar voltará a ser atraente. Segundo a consultoria Navigants, o total de energia gerada mundialmente a partir da fonte fotovoltaica deve saltar dos atuais 3 gigawatts para 15 gigawatts em 2012, o equivalente a 19 plantas de geração de eletricidade a carvão.

### **Produção de álcool tem aumento de 21,4%** - Gustavo Porto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/01/2009

A produção total de álcool no Centro-Sul do Brasil na safra 2008/2009, até 31 de dezembro, foi de 24,61 bilhões de litros, um aumento de 21,4% sobre os 20,28 bilhões de litros produzidos até 31 de dezembro de 2007, na safra 2007/2008, segundo levantamento divulgado pela União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica). A produção de álcool hidratado somou 16,08 bilhões de litros, um aumento de 24,58% sobre os 12,9 bilhões de litros do período anterior. Já a produção de álcool anidro chegou a 8,52 bilhões de litros, 15,76% superior aos 7,36 bilhões de litros produzidos até o fim de dezembro na safra anterior.

A produção de açúcar acumulada até 31 de dezembro chegou a 26,6 milhões de toneladas, um aumento de apenas 1,83% sobre as 26,12 milhões de toneladas da safra anterior. Segundo a Unica, praticamente todo o aumento na moagem - de 67 milhões de toneladas da safra 2008/2009 sobre a anterior - foi direcionado para a produção de etanol.

O mix de destino da cana processada na atual safra aponta 39,78% para a produção de açúcar e 60,22% para a produção de álcool. Em igual período da safra passada essa proporção era de 44,03% para o açúcar e 55,97% para o etanol.

As unidades que produzem somente etanol, denominadas destilarias autônomas, moeram 13,5% da cana total, ou 67 milhões de toneladas, e produziram 5,5 bilhões de litros, ou 22% da produção do Centro-Sul. Isoladamente, as unidades que somente produzem etanol tiveram um acréscimo na moagem de 30% em relação à safra anterior.

Segundo a Unica, as exportações de álcool entre abril e dezembro de 2008 atingiram 3,93 bilhões de litros, um aumento de 74%. Já a oferta para o mercado interno foi de 15,5 bilhões de litros, alta de 25% ante 2007. Desse total, 11 bilhões de litros são de etanol hidratado, uma alta de 34%. A Unica prevê ainda que as exportações de etanol na região Centro-Sul, até março de 2009, atinjam 4,2 bilhões de litros. Do volume total exportado até agora, 57% foi destinado ao mercado americano e 26% ao mercado europeu. As vendas totais para o mercado interno deverão ficar em torno de 20,6 bilhões de litros de etanol.



A Unica diz ainda que, apesar das condições climáticas favoráveis, a crise de preços nas duas últimas safras, associada à falta de liquidez, fez com que parte da área colhida não recebesse os tratamentos culturais adequados. Com isso, não haverá uma reforma dos canaviais nos níveis habituais. Esses dois fatores, segundo a entidade, devem indicar uma redução na produtividade agrícola da cana na próxima safra.

Ainda de acordo com a entidade, o avanço da colheita de cana sem o uso da queima da palha prossegue em todos os Estados da região Centro-Sul, chegando nesta safra a 41% do total e a aproximadamente 50% no Estado de São Paulo.

## POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS

### **Biodiesel**

**Enxofre no diesel** – Ricardo Abramovay – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 05/01/2008

HÁ UM ABISMO entre o avanço tecnológico e organizacional da Petrobras e das empresas que compõem a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores e o atraso de seu comportamento no caso do enxofre no diesel. Enquanto nos países desenvolvidos investimentos são feitos para reduzir a presença de 10 a 15 partes por milhão de enxofre no diesel, aqui a meta de baixar de 2.000 para 500 ppm, fora das regiões metropolitanas, e para 50 ppm nas regiões metropolitanas é adiada.

Tendo como protagonistas uma empresa e um setor altamente inovadores, a postergação torna-se ainda mais intrigante. Uma comparação internacional talvez ajude a entender melhor o problema. Nos Estados Unidos, a relação entre empresas, meio ambiente e sociedade passou por quatro fases. A primeira delas (anos 1960) é marcada pela arrogância e pela negação: segundo a indústria, o derramamento de óleo em Santa Barbara, na Costa Oeste norte-americana, em 1969, por exemplo, não provocaria efeitos danosos à saúde. Da mesma forma, uma das maiores companhias químicas do mundo respondia ao clássico de Rachel Carson, "A Primavera Silenciosa" (1962), com a ameaça de uma hecatombe alimentar, caso os agrotóxicos deixassem de existir do dia para a noite ("The Desolate Year", "Monsanto Magazine", outubro de 1962).

A segunda etapa foi a da regulação, nos anos 1970: forma-se a Environmental Protection Agency (a agência ambiental norte-americana), que dita regras e recebe forte oposição industrial. Nesse momento, a relação entre ativistas, governo e firmas é, fundamentalmente, de confronto. Durante os anos 1980, os temas ambientais começam a fazer parte da pauta das empresas. Sob pressão social direta, elas implantam normas voluntárias e constituem em seu interior diretorias ambientais com poder real e que vão muito além de recomendações puramente técnicas.

A quarta etapa tem início no final dos anos 1980 e caracteriza-se por dois traços fundamentais. Em primeiro lugar, a cultura corporativa contemporânea consagra a

expressão "stakeholder" (o conjunto dos interessados naquilo que faz a firma, muito além de seus acionistas) como parte ativa de sua gestão. Além disso, os temas socioambientais incorporaram-se à estratégia empresarial a partir da permanente relação que o setor privado mantém com o setor público e associativo.

Essa rápida história do que Andrew Hoffman, em "From Heresy to Dogma" (da heresia ao dogma, Stanford Business Books) chama de ambientalismo corporativo oferece parâmetros a partir dos quais se pode analisar o desrespeito à resolução 315 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, de 2002, que previa diminuição drástica do teor de enxofre no diesel a partir de janeiro de 2009. A Petrobras e a indústria automobilística assumiram, nesse caso, atitude semelhante à das grandes empresas norte-americanas até o final dos anos 1970.

Em primeiro lugar, a Petrobras afirma não estar descumprindo a lei, ignorando o que marca a atitude estratégica das grandes corporações mundiais: não se trata apenas de obedecer à lei, mas de antecipar-se à contestação social, incorporando as demandas da cidadania a seu processo de planejamento. A Agência Nacional do Petróleo não regulamentou o que o Conama decidira em 2002.

Em vez de se adiantarem, zelando pela saúde pública, Petrobras e o setor automobilístico optaram pelo caminho de seguir estritamente a letra da lei ou, pior, explorar suas ambiguidades. O resultado é um sério comprometimento de sua reputação.

O segundo argumento veiculado publicamente pela Petrobras é que o enxofre é menos prejudicial à saúde que outros elementos nocivos contidos nas emissões. Essa ideia foi posta abaixo pelo trabalho científico de Paulo Saldiva, professor titular da Faculdade de Medicina da USP, mostrando a natureza letal, para as populações metropolitanas, do diesel que são obrigadas a respirar. O motor a explosão interna e os combustíveis fósseis permanecerão entre as bases materiais da civilização contemporânea por boa parte do século 21. Se, no caso do enxofre no diesel, de solução técnica amplamente conhecida, a conduta foi essa triste mistura de rejeição das evidências científicas com o legalismo burocrático, cabe perguntar: o que vai ocorrer quando estiverem em jogo situações de muito maior risco socioambiental, como as representadas pelos impactos potenciais das novas jazidas de gás e do pré-sal sobre os ecossistemas e as populações vivendo nas áreas litorâneas do Sudeste brasileiro?

**\*RICARDO ABRAMOVAY**, 55, é professor titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, coordenador de seu Núcleo de Economia Socioambiental e pesquisador do CNPq.

**Algodão e girassol têm potencial para biodiesel** – Sítio Eletrônico do MAPA – 06/01/2009

**Brasília (6.1.2009)** - Estudos desenvolvidos pela Embrapa Meio-Norte mostram que o algodão e o girassol têm potencial para a produção de biocombustíveis no Piauí e no Maranhão.

A produtividade média é de 4,3 toneladas de algodão em caroço por hectare no Piauí e 4,2 toneladas, no Maranhão. O caroço do algodão tem um teor de óleo que varia de 18 a 20%. Foram implantados 82 experimentos em sete municípios do Piauí e sete, do Maranhão. No Piauí, os municípios de Baixa Grande do Ribeiro e Uruçuí foram os que apresentaram as melhores médias de produtividade. No primeiro, a produtividade variou de 3,2 a 4,3 toneladas por hectare. No segundo, a média foi de 2,7 a 3,4 toneladas por hectare.

**Girassol** - As pesquisas desenvolvidas pela Embrapa Meio-Norte indicam que o girassol é mais uma alternativa para a produção de biocombustíveis na região. Os estudos realizados em cinco municípios do Piauí e em cinco do Maranhão reforçam a tese do pesquisador da Embrapa José Lopes Ribeiro. “As condições de clima e solo, principalmente nos cerrados, são favoráveis ao desenvolvimento da cultura”.

O teor médio de óleo encontrado nos genótipos de girassol avaliados nos experimentos no Piauí teve uma variação de 36,9 a 47,3 %. Estes números representam um rendimento de 465 a 942 quilos de óleo por hectare. Nos ensaios desenvolvidos no Maranhão, o teor médio de óleo das sementes dos genótipos de girassol variou de 33,1 a 44,4%. (*Lis Weingärtner, com informações da Embrapa*)

## **Etanol**

### **Relatório mostrará efeitos da expansão da cana-de-açúcar – Sítio Eletrônico do MST – 06/01/2009**

Na safra em que o otimismo generalizado no setor sucroalcooleiro foi substituído pelo receio quanto ao futuro, quem "pagou o pato" foram os empregados rurais, cujas condições de trabalho e de remuneração, já distantes do ideal, precarizaram-se ainda mais. Essa é uma das avaliações que será apresentada pelo relatório "O Brasil dos Agrocombustíveis - Cana 2008", que deve ser lançado oficialmente ainda este mês pelo CMA (Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis) da ONG Repórter Brasil.

Para fazer o estudo, pesquisadores do CMA visitaram oito estados - Acre, Alagoas, Pernambuco, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo. Em todas as regiões, identificaram in loco os impactos causados pela expansão canavieira, além de entrevistar trabalhadores, empresários, administradores públicos, pesquisadores e moradores.

Na região de Ribeirão Preto (SP), conhecido pólo sucroalcooleiro, cortadores fizeram greves, por exemplo, para conseguir aumento. A cesta básica no estado de São Paulo subiu 16,1% em 2008, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos), mas o reajuste salarial dos trabalhadores ficou em torno de 7%.

De acordo com a Faraesp (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), muitos grevistas foram punidos com demissão pelas empresas do setor. Sindicatos de trabalhadores reagiram com uma série de medidas judiciais. Vale lembrar que o setor sucroalcooleiro liderou em 2008 o ranking de número de libertados no Brasil: foram 2.164 (49%) entre o total de 4.428 trabalhadores, ante os 954 (22%) libertados na atividade pecuária bovina e os 591 (13%) em outras lavouras.

Impactos ambientais, diretos ou indiretos, também foram captados pela pesquisa do CMA. Apresentado como exemplar para a substituição do petróleo, e como alternativa importante no combate ao aquecimento global, o etanol brasileiro tem representado

ameaças à biodiversidade, aos recursos hídricos e à qualidade do ar mesmo no Centro-Sul - que engloba o Sudeste, o Centro-Oeste e o Sul, onde estão 87,8% da produção nacional de cana.

Em 2008, o setor sucroalcooleiro foi o campeão de multas mais elevadas - acima de R\$ 15 mil - no Estado de São Paulo, motivadas por emissão de poluentes em desacordo com a legislação. No Mato Grosso do Sul, o Pantanal se vê ameaçado nos últimos anos pela expansão dos canaviais, que também afeta diretamente os povos indígenas encurralados da região.

Pesquisadores também registraram casos de exploração de trabalhadores no Nordeste. Em Alagoas, uma força-tarefa do MPT (Ministério Público do Trabalho) esteve nas 15 das maiores usinas do estado e constatou irregularidades que atingiram mais de 20 mil trabalhadores em 14 delas.

Local de históricos conflitos entre usineiros e movimentos sociais, Pernambuco também foi cenário de crimes ambientais cometidos por usinas de açúcar e álcool. Em grande parte responsável pela dizimação da Mata Atlântica local, a cana ganhou fôlego com incentivos estaduais e novos empreendimentos. As usinas, porém, raramente cumprem a legislação ambiental de áreas de proteção permanente e reservas legais. Ao longo do ano, o Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) multou todas as 24 usinas em Pernambuco com base nesses crimes.

Áreas da Amazônia também foram visitadas para a confecção do relatório. O zoneamento ecológico e econômico da cana, prometido pelo governo federal como forma de evitar o avanço da monocultura em substituição às florestas, ainda não foi concluído. Apesar de ainda não representar uma cultura muito difundida na região, o caso da Fazenda e Usina Pagrisa deixou um legado simbólico. Em junho de 2007, mais de mil pessoas foram encontradas em condições análogas à escravidão na propriedade em Ulianópolis (PA), na maior libertação de trabalhadores já realizada pelo grupo móvel de fiscalização do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

O relatório do CMA sobre os impactos da cana-de-açúcar no Brasil é mais um da série "O Brasil dos Agrocombustíveis", que já possui análises sobre soja, mamona, dendê, algodão, milho e pinhão-manso. Ao longo de 2009, novos relatórios de impacto serão produzidos sobre essas culturas, com o objetivo de avaliar a evolução das práticas trabalhistas e ambientais nas lavouras de culturas utilizadas para a produção de agrocombustíveis no Brasil.

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

### **Biodiesel**

**Preço do petróleo em baixa ameaça biodiesel** - Roberto Tenório – Gazeta Mercantil – 05/01/2009

**Crédito: Roberto Tenório** - São Paulo, 5 de Janeiro de 2009 - O conturbado cenário econômico mundial associado ao recuo do petróleo deverão proporcionar novos entraves aos produtores de biodiesel ao longo de 2009. Se por um lado a desvalorização generalizada das commodities favoreceu a redução dos custos com matéria-prima, por outro, os menores custos na produção do diesel derivado do petróleo despertam o temor em torno da viabilidade do programa de biodiesel não só no Brasil como no mundo. O cenário e os entraves tributários restringem temporariamente a possibilidade de o País se tornar um grande exportador de biodiesel, à exemplo do que acontece com o etanol. Tal conjuntura exigirá ainda mais incentivos governamentais para que continue sendo viável, da mesma forma que ocorreu quando os preços das matérias-primas dispararam no primeiro semestre de 2008.

Reféns do alto custo com o óleo de soja até a metade do ano, que chegou a atingir o pico de 66,32 centavos de dólar a libra-peso (0,45 quilos) em junho, muitos não conseguiram entregar o que foi vendido nos leilões do governo por causa do prejuízo. Segundo o Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE), os preços pagos nos leilões do governo oscilavam entre R\$ 1,40 e R\$ 1,60 por litro enquanto os custos superavam R\$ 2,00 o litro. A situação acabou com a euforia das indústrias culminando, inclusive, no fechamento de algumas delas. Já no segundo semestre, a situação melhorou um pouco mais e os preços pagos pelo governo ficaram em R\$ 2,60 o litro com os custos no patamar de R\$ 2,20 a R\$ 2,30.

O Brasil possui mais terra e variedades de matérias-primas em relação a outros países, o que se traduz em grande potencial, avalia Sérgio Beltrão, diretor-executivo da União Brasileira de Biodiesel (Ubrabio). "A acusação infundada de que a inflação dos alimentos era causada pelos biocombustíveis foi desmascarada com a crise", ressalta. Mesmo com esse cenário negativo, ele acredita que os combustíveis vegetais continuarão encontrando espaço para crescer amparados pela questão social e ambiental. "A agroindústria precisa ser usada como mola propulsora contra a crise", adverte.

Beltrão afirma que o mercado de biodiesel ainda permanece ancorado pela mistura obrigatória, que estreou em janeiro de 2008 com a proporção de 2% do diesel utilizado (B2) e, em julho, passou para 3% de todo o diesel utilizado no País (B3). "Possuímos uma capacidade produtiva que suportaria tranqüilamente o B5. Por isso, pedimos a implantação dessa mistura a partir do segundo trimestre de 2009 para ajudar a reduzir a capacidade ociosa das indústrias e ampliar a demanda", explica o executivo da Ubrabio.

Conforme informações da entidade, a demanda proporcionada pelo B3 foi de 1,3 bilhão de litros por ano. Caso a mistura do B5 seja aprovada em 2009, o consumo poderá subir para 1,55 bilhão de litros anuais. A associação estima que o setor possui capacidade produtiva nominal de 3,75 bilhões de litros por ano. A soja deverá permanecer como o carro-chefe na fonte de matéria-prima. "O complexo soja possui um mercado estável. Mas isso não quer dizer que não apoiaremos novas pesquisas genéticas a partir de outras fontes", observa Beltrão.

"A postura populista do governo federal, que buscava resolver os problemas de pequenas propriedades rurais com culturas além da soja para produzir biodiesel, acabou na primeira metade de 2008. A mistura de política com energia fez com que o programa patinasse desde o princípio", relembra Adriano Pires, diretor do CBIE. Ele acrescenta ainda que as energias renováveis passarão por um período difícil em 2009. "Precisamos procurar com maturidade regras de mercado que sustentem o crescimento, sem misturar isso com populismo". Ele cita como exemplo o segundo choque do petróleo, em 1986, quando o barril do produto era negociado por US\$ 20,00. Essa queda brusca fez com que o programa do álcool brasileiro afundasse e deixasse de receber investimentos.

O diretor do CBIE acredita que o ciclo de baixa do petróleo não irá durar por muito tempo. "Não podemos cair no mesmo erro dos anos 1980. Agora temos três fatores importantes que sustentam os biocombustíveis: as mudanças climáticas, o meio-ambiente e a instabilidade no Oriente Médio". As incertezas sobre o futuro do programa são apontadas por Pires como o principal entrave nas exportações. "Ainda é prematuro falar disso".

Na opinião de Beltrão, a política tributária de exportação do Brasil, que favorece o embarque de produtos não industrializados é outro entrave. "Na Argentina, que é um grande exportador de biodiesel, a situação é exatamente o contrário. É importante que o governo brasileiro minimize a falta de isonomia no Mercosul".

## **Etanol**

**Elogios internacionais ao etanol produzido no Brasil** – Pedro Mizutani – Gazeta Mercantil – 06/01/2009

**Crédito: Pedro Mizutani** - Em novembro, a cidade de São Paulo foi palco da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, promovida pelo governo federal. Com a presença de delegados de 92 países, o encontro teve como meta a promoção dos benefícios do etanol e a quebra de barreiras internacionais para a comercialização do combustível. Desta forma, caminha-se rumo à transformação do etanol em uma commodity mundial.

O interesse de diversos países em nosso combustível não é novidade. Há algumas semanas, o presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama, telefonou para Luiz Inácio Lula da Silva e elogiou o programa de biocombustíveis do Brasil. Os Estados Unidos é o maior mercado do brasileiro para a exportação do etanol. Na ocasião, a menção quase tímida de Obama à nossa energia renovável foi encarada como um grande avanço nas negociações para a quebra de barreiras internacionais ao etanol do Brasil, além de sinalizar uma disposição dos norte-americanos em rever as políticas de comércio exterior entre os dois países.

Com diferenciais competitivos de alto valor agregado, o etanol brasileiro representa a possibilidade de distribuir ao mundo uma fonte limpa, sustentável e economicamente viável. Vale ressaltar ainda que o resíduo do processo das usinas sucroalcooleiras ainda reforça a matriz energética brasileira, com a possibilidade de gerar energia elétrica, por meio do bagaço e da palha da cana-de-açúcar.

Os pontos positivos do etanol do Brasil despertam ainda o interesse de países como Japão, Suécia, Arábia Saudita, Holanda, Alemanha, México e Estados Unidos. Neste ano, as usinas brasileiras receberam diferentes delegações internacionais, que vieram conhecer o processo produtivo aplicado na área agrícola e industrial. Exemplo deste potencial e

reconhecimento foi à distribuição para a Suécia, em julho, do primeiro embarque de etanol com a verificação de importantes critérios de sustentabilidade. A operação comercial foi resultado de um contrato pioneiro firmado entre as usinas brasileiras Alcoeste, Cosan, Guarani e NovAmérica com a empresa sueca Sekab - a maior compradora de etanol brasileiro na Europa.

O acordo demonstrou a iniciativa das companhias envolvidas no contrato em dar um primeiro passo para um processo de melhoria contínua para atender a um dos mais exigentes consumidores do mundo. É importante notar que as usinas foram capazes de atender às exigências do consumidor europeu sem alterar práticas correntes de operação.

Todos esses atributos do etanol brasileiro devem ser valorizados não apenas na Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, mas principalmente no dia-a-dia do nosso presidente Lula - caso queira continuar ressaltando nossas potencialidades.

No momento em que se encontra a economia atual, serão necessários fortes investimentos no setor para que ele não perca a competitividade e seu desempenho frente ao mercado externo.

A morosidade na homologação e repasse dos recursos financeiros por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) irá implicar tanto descrédito como baixa contribuição para a economia nacional.

Um dos pontos mais carentes de investimento do governo está na ampliação da matriz energética nacional por meio do setor sucroalcooleiro. Com a crescente demanda do País por energia elétrica, as usinas surgem como importante alternativa para garantir o desenvolvimento e equilíbrio brasileiros na cogeração de energia.

Além de ser renovável, a energia produzida pelo bagaço e palha da cana-de-açúcar tem a virtude de ampliar o fornecimento de eletricidade justamente num período de escassez de chuvas, quando os reservatórios das hidrelétricas e represas alcançam seus níveis mais baixos. Caso houvesse incentivo do governo, as usinas brasileiras poderiam gerar energia equivalente a hidrelétrica de Itaipu.

Com os devidos repasses, o setor ganha fôlego para dar andamento aos projetos de construção, ampliação e manutenção das usinas, além de gerar novas e boas oportunidades de comércio no exterior e no País. O governo federal também sai ganhando, porque pode potencializar sua liderança regional e global e firmar-se como exportador de know-how e tecnologia de produção.

#### **Obama quer dobrar energia limpa nos EUA – Folha de São Paulo – Ciência – 10/01/2009**

O presidente eleito dos EUA, Barack Obama, prometeu anteontem dobrar a produção de energia alternativa do país em três anos, durante discurso sobre pacote contra a crise. "Para finalmente desencadear a criação de uma economia de energia limpa, dobraremos a produção de energia alternativa nos próximos três anos", disse. "Vamos modernizar mais de 75% dos edifícios federais e aprimorar a eficiência energética de 2 milhões de residências americanas", afirmou.

Os EUA são os principais emissores totais de dióxido de carbono a partir da geração de eletricidade, com 2,53 bilhões de toneladas por ano. Na sequência vem a China, com 2,4 bilhões.

## AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

### **Etanol**

**Usinas de cana adiam investimentos** - Eduardo Magossi e Gustavo Porto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/01/2009

Apesar de muitas usinas de açúcar e álcool estarem conseguindo rolar suas dívidas, com acesso a crédito de curto prazo dos bancos, o cenário ainda é de apreensão em relação à crise mundial e o setor segue adiando novos investimentos. Mesmo com uma perspectiva de preços melhores do açúcar no mercado internacional na safra 2009/2010, o setor continua com o freio puxado quando o assunto é expansão.

De uma expectativa inicial de entrada em operação de 43 usinas na safra 2009/2010, apenas 22 deverão efetivamente acionar as caldeiras, de acordo com estimativa de Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro. Segundo Antonio de Pádua Rodrigues, diretor técnico da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), o dinheiro negociado entre usinas e bancos está sendo usado como capital de giro, para tapar os buracos existentes, resultado não apenas da crise de crédito mundial, mas de dois anos de preços baixos. “Novos investimentos, apenas com a entrada de dinheiro novo, e isso está raro no momento”, diz.

**MAIS GARANTIAS** - Eduardo Pereira de Carvalho, conselheiro da ETH, braço sucroalcooleiro do Grupo Odebrecht, confirma o retorno da concessão de crédito às companhias de açúcar e álcool, porém, com novas condições de financiamento. “É verdade que os bancos voltaram a oferecer, mas é óbvio que, com o atual cenário, vão apertar mais o cravo, vão aumentar juros e pedidos de garantia”, diz.

Com a crise, o custo do dinheiro passou de 4% ao ano para os atuais 15% ao ano, depois de atingir até 24% ao ano no ápice da turbulência, no final de 2008. A expectativa agora é que a queda na taxa básica de juros (Selic), de um ponto porcentual, definida esta semana, amenize o aperto de liquidez aos exportadores.

Mesmo assim, a crise deve deixar cicatrizes no setor. Para Luiz Carlos Corrêa Carvalho, diretor da Canaplan, deve haver uma onda de compras e de concentração entre as usinas de açúcar e álcool. “O difícil é saber quanto tempo a crise irá durar, já que os mais pessimistas falam até 2010 e os otimistas acreditam na melhora do cenário no segundo semestre.”

Segundo ele, os efeitos da crise devem persistir mesmo com a expectativa de aumento na demanda por açúcar e álcool em 2009. “O açúcar tem um aumento natural de consumo de



até 2,5% ao ano e não é um item caro na cesta básica. Já o álcool também deve seguir com um mercado aquecido, principalmente com o governo incentivando a compra de carros.”

**AQUISIÇÕES** - O vice-presidente geral do grupo Cosan, Pedro Mizutani, acredita que o volume de fusões, aquisições e joint ventures deverá crescer nos próximos meses em função da crise de liquidez. “O valor de mercado das empresas caiu muito nos últimos meses. Ainda está complicado mensurar o valor real de uma usina depois da crise. Se vendidas, dificilmente cobrirão o custo de construção. Porém, muitas usinas serão obrigadas a vender seus ativos.” Mizutani afirma que a Cosan está estudando algumas possíveis aquisições, que estejam em conformidade com o projeto do grupo.

O negócio mais encaminhado de aquisição no setor sucroalcooleiro é o do Grupo NovAmérica, uma das maiores companhias de açúcar e álcool do País, dona da União, marca líder no varejo de açúcar. A companhia admite já ter propostas para a aquisição de parte do seu braço sucroalcooleiro e um possível negócio deve ser anunciado até o início da safra 2009/2010, ou seja, entre um ou dois meses.

#### **Setor sucroalcooleiro emprega 49% da mão-de-obra escrava – Sítio Eletrônico do MST – 26/01/2009**

O setor sucroalcooleiro foi o ramo da economia que mais se utilizou da mão-de-obra escrava no ano de 2008. De acordo com dados da Campanha Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo, 2.553 trabalhadores, o que representa 49% dos resgatados da escravidão, estavam no setor sucroalcooleiro. Assim como em 2007, os estados campeões em números de denúncias de uso de mão-de-obra escrava foram, novamente, o Pará, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins.

Segundo o coordenador nacional da CPT, José Batista Afonso, o trabalho escravo se encontra tanto nos estados da região norte, onde predomina o antigo latifúndio, onde o destaque é a pecuária, como dentro do agronegócio moderno, presente mais nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, e onde o foco é a produção de agrocombustíveis. “A questão central é a exploração do trabalhador e a garantia do lucro a qualquer custo por parte do empregador. Esse é o pano de fundo. Então tanto faz ser um empreendimento dos mais modernos possíveis quanto aquele mais arcaico lá no interior da floresta.”

José Batista afirma que as medidas implantadas pelo governo para o combate ao trabalho escravo são contraditórias. Por um lado há o incentivo a fiscalização da prática, mas por outro há o investimento nos setores que se utilizam deste tipo de exploração.

“Se o setor sucroalcooleiro é um dos maiores empregadores da mão-de-obra escrava, então você precisa diminuir os incentivos para este setor. Mas isso o governo jamais admite. Há cada vez mais recursos para os setores ligados ao agronegócio e para todas estas atividades que são elencadas como empregadoras da mão-de-obra escrava.”

## Troca de soja por cana frustra agricultores no Centro-Oeste - Mônica Scaramuzzo e Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócio - 28/01/2009

"Resolvi diversificar a cultura e comecei a plantar cana para fornecer para as usinas. Só não esperava que o setor [sucroalcooleiro] fosse entrar em crise e que eu fosse ficar com a cana na mão." A frase acima é de um produtor de grãos de Goiás, que há dois anos também se tornou fornecedor de cana. Assim como ele, que preferiu não se identificar, muitos produtores e arrendadores de terras do país começam a repensar a cana como alternativa econômica.

Parte dos produtores goianos que arrendou terras para usinas canaveiras tem enfrentado inadimplência. O atraso nos pagamentos pelas áreas arrendadas passou a ocorrer, sobretudo, a partir do segundo semestre de 2008, e não envolve apenas pequenas usinas, mas as grandes instaladas nos municípios de Acreúna, Anicuns, Inhumas, Santa Helena e Vicentinópolis, todos em Goiás, de acordo com a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg). Em algumas dessas regiões, há atraso de até cinco meses no pagamento.

O arrendamento é, em alguns casos, a única alternativa de renda desses produtores. Esses contratos de arrendamento de terras vigoram por no mínimo um ciclo completo da cana, tradicionalmente de seis anos, e vai até 20 anos, quando é de longo prazo. Segundo Bartolomeu Braz Pereira, presidente da comissão de açúcar e álcool da Faeg, as usinas instaladas nas regiões de Goiás com problemas financeiros estão negociando o pagamento em atraso. "O momento é difícil para o setor. Os produtores estão discutindo saídas", disse.

O caso de Goiás não é isolado. Em São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Estado considerado nova fronteira para cana, a situação é similar. E nesse pacote de inadimplência os fornecedores de cana também estão incluídos. Na região de Ribeirão Preto (SP), principal pólo produtor de cana do país, nove usinas estão com pagamento de seus fornecedores em atraso, segundo Manoel Ortolan, presidente da Cooperativa Plantadores Cana do Oeste São Paulo (Canaoeste).



A cana tornou-se uma alternativa econômica atraente a partir de 2005. Àquela época, os preços do açúcar estavam em disparada nas bolsas internacionais e o potencial do consumo de álcool nos mercados interno e externo estimulou diversos investimentos em novas plantas sucroalcooleiras no país. Nessa mesma época, a soja passava por uma crise de preços.

Muitos produtores de grãos cederam suas áreas para o plantio de cana na expectativa de melhor remuneração com o fornecimento da matéria-prima. Agora, a

situação se inverteu e boa parte desses agricultores começa a se arrepender. Sem ter como voltar atrás na decisão de uma hora para outra, muitos deles diminuíram a área de cana que precisa de renovação para investir na soja, afirmou uma fonte do setor. Essa seria uma alternativa de rotação de cultura.

Muitas usinas operam no vermelho no país desde 2007, e a soja, por sua vez, está em franca retomada de preços. A partir do fim de 2007, o preço do grão iniciou sua escalada até atingir seu maior patamar histórico, em julho de 2008. Depois disso, a soja recuou, mas manteve-se bem acima de suas médias históricas ao longo do segundo semestre. Em dezembro, um novo momento de ascensão começou, motivado especialmente pela aquecida demanda chinesa e pelos problemas climáticos na Argentina, um dos maiores produtores mundiais da commodity. A expectativa de recuperação do açúcar para 2009 é grande, mas até o momento os sinais positivos ainda não se consolidaram. Durante o declínio das cotações da soja registrado na segunda metade de 2008, as margens projetadas para a safra 2008/09 chegaram a ficar negativas - embora o grão tenha permanecido acima das médias históricas, seu plantio foi realizado sob um cenário de disparada dos custos dos insumos, especialmente dos fertilizantes.

Agora, em Primavera do Leste (MT), por exemplo, importante pólo de produção de soja do Centro-Oeste, a margem projetada é de 29%, segundo as contas da consultoria MB Agro. O cálculo leva em consideração os custos operacionais - exclui, portanto, fatores como depreciação - e projeta comercialização em março com cotação da soja a US\$ 10,15 por bushel na bolsa de Chicago. Em Rio Verde (GO), uma das cidades que personificaram a "disputa" por terras entre soja e cana nos últimos anos, a margem para venda da oleaginosa entre janeiro e fevereiro está em 52%, de acordo com cálculos da Agência Rural. A cana, em contrapartida, continua negativa, segundo fontes do mercado.

Os fornecedores de cana do Centro-Sul do país estão recebendo cerca de R\$ 38 pela tonelada entregue às usinas. Mas os custos de produção estão em torno de R\$ 45. "Nos últimos dois anos o produtor trabalhou no vermelho", afirmou Ortolan, da Canaeste.

No sudoeste de Goiás, segundo técnicos da região ouvidos pelo Valor, o preço oferecido pela cana, que está em seu primeiro ciclo é de R\$ 27 por tonelada, com produtividade estimada de cerca de 90 toneladas por hectare. Para a soja, o preço bruto está em torno de R\$ 45 por saca. Como a produtividade estimada é de cerca de 50 sacas por hectare, a receita bruta projetada para ambas as culturas, na região, fica em torno de R\$ 2.300 por hectare. "Muito mais que a receita com uma ou outra cultura, o produtor está mais preocupado é com o fato de não estar recebendo pela terra arrendada [para o plantio de cana]. Isso pesa mais que qualquer outro fator", diz José Carlos Hausknesht, analista de agronegócios da MB Agro. Para André Rocha, presidente do Sindicato das Indústrias de Açúcar e Alcool de Goiás (Sifaeg), a crise financeira do setor sucroalcooleiro é circunstancial. "Há sim usinas com mais de 20 anos no mercado aqui no Estado atrasando arrendamento, mas já estão negociando o pagamento", afirmou. Com abundância de matéria-prima nesta safra 2008/09, muitas usinas deixaram a cana "em pé" nas lavouras. Isso também significa prejuízo aos fornecedores, que deixam de receber pela matéria-prima. "O contrato é pela cana entregue, mas se as usinas não processam a matéria-prima, o prejuízo é nosso", disse um fornecedor da região de sudoeste de Goiás.

**Co-autor da história do etanol, "Dr." Cícero vira a própria página** - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócio - 30/01/2009

Quando o grupo Cosan fez em fevereiro de 2007 uma oferta hostil para a compra da usina Vale do Rosário, de Morro Agudo (SP), o mercado acreditou se tratar de mais uma tacada de mestre do empresário Rubens Ometto para aumentar seu império sucroalcooleiro. E seria, se não fosse a forte resistência de Cícero Junqueira Franco, um dos principais acionistas da Vale à época. Ele encarou a proposta da gigante Cosan como uma guerra e foi para o ataque: reuniu-se com boa parte dos acionistas da usina, convencendo-os a não vender participação deles para o grupo "adversário". Poucos meses depois, a Vale do Rosário uniu-se à Santa Elisa, de Sertãozinho (SP), para dar um novo rumo à companhia.

A união entre a Santa Elisa, Vale do Rosário e outras três usinas paulistas (MB, Jardest e Continental) transformou-se na maior fusão da história do setor sucroalcooleiro do país, criando uma companhia com faturamento de R\$ 1,5 bilhão e moagem de 18 milhões de toneladas de cana. À frente dela, Cícero Junqueira Franco "moveu céus e terra" para evitar que a operação não fosse concluída. Hoje, ele já não faz parte do corpo de executivos desta nova empresa, a Santelisa Vale, que passa por uma forte crise financeira, com dívidas acumuladas de R\$ 2 bilhões. Um dos idealizadores do Proálcool, criado em 1975, Cícero Junqueira Franco também foi um dos primeiros a testar o carro movido a álcool no Brasil, lançado pela Fiat - o modelo 147. Testou e aprovou. "Tive que comprar álcool em farmácia e supermercados para abastecer o carro porque não havia postos suficientes com bombas de álcool combustível no trajeto que fazia [em 1979] entre Orlândia e Pereira Barreto [ambas no interior de São Paulo]. O carro deu umas engasgadas, mas chegou ao seu destino", contou o usineiro ao Valor. Protagonista de um dos maiores programas de energia renovável do Brasil e do mundo, o "doutor" Cícero, como ainda é tratado pelos funcionários que comanda na usina Vale do Rosário, não participa mais das principais decisões da Santelisa Vale. Agora é apenas acionista. Em 1964, quando atuava como engenheiro em uma empresa de construção pesada em São Paulo, foi convocado por sua família para participar da fundação da Vale do Rosário - usina formada por produtores agrícolas da região de Ribeirão Preto, entre os quais as famílias Biagi e a sua, os Junqueira Franco. Anos antes, também participou da criação de uma das maiores cooperativas agrícolas do país, a Carol (Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia).

Após praticamente erguer a usina, "doutor" Cícero, formado em engenharia pelo Mackenzie, assumiu a direção da empresa. Já àquela época, em pleno regime militar, começou a articular a criação do Proálcool junto com os usineiros Maurílio Biagi e Lamartine Navarro. "Não sou o pai do Proálcool, sou o avô", brinca.

Já vesti o pijama e agora cuido da minha fazenda, onde crio gado e cavalos", disse. Com 77 anos, completados em 14 de dezembro, Cícero Junqueira Franco não confirma, mas amigos próximos dizem que ele se ressentiu do papel de coadjuvante ao qual foi designado depois que a fusão entre a Vale do Rosário e Santa Elisa foi concluída. Nessa operação, a família Biagi tornou-se controladora da companhia.

Atualmente, é um dos acionistas da Santelisa Vale, com menos de 1% de participação. Se juntar a fatia dos seus quatro filhos, a família detém cerca de 5% do negócio. Seus dois filhos, Celso e Cícero, fazem parte do conselho da companhia Santelisa Vale e recorrem ao seu pai quando precisam tomar decisões. Sua família controla a usina Pioneiros, instalada em Sud Mennucci, cidade paulista onde seu filho Celso foi eleito prefeito no ano passado.

"Meu tempo passou. A empresa precisa de uma gestão mais profissionalizada e jovem. Fiquei de fora", afirmou em conversa por telefone ao Valor. "Essa crise [pela qual o setor passa] é pior que a de 1999. A situação naquela época era outra", disse.

Hoje a Santelisa Vale precisa de um parceiro robusto para atravessar a crise. A companhia foi oferecida para grupos de peso, como a ETH Bionergia, do Odebrecht, ADM, Bunge, São Martinho, Louis Dreyfus, Cargill e até mesmo Cosan, pelos bancos credores da empresa, o Bradesco e o Itaú, para futura parceria, conforme já divulgou o Valor. A proposta foi feita aos grupos, que ainda analisam o negócio.

A empresa também negocia uma maior participação do BNDESPar, que já tinha feito aporte de R\$ 150 milhões na companhia no início de 2008. O fundo americano Riverstone, sócio da CNAA (Companhia Nacional do Açúcar e Alcool), subsidiária da Santelisa, também poderá fazer um aporte no grupo, segundo fontes do setor. Procurados, a Santelisa e acionistas da companhia não comentaram o assunto.

Respeitado por seus "adversários", Cícero Junqueira Franco é tido como um homem teimoso. E é mesmo. O usineiro temia que a Vale do Rosário virasse apenas mais um número, "uma usina a mais", para a Cosan, que vai operar nesta próxima safra, a 2009/10, com 19 unidades.

A fusão foi vista, àquela época, como a melhor alternativa contra a investida da Cosan. Hoje, fontes do setor consideram que a união das usinas mostrou-se um tanto arriscada, uma vez que quase dois anos depois da operação concluída, a Santelisa Vale enfrenta uma situação financeira delicada e está em busca de um novo CEO para a companhia. "Isso faz parte do jogo. Vamos buscar uma solução para a companhia. A economia da região [de Ribeirão Preto] depende das usinas do grupo", disse Junqueira Franco. Ele tem esperança na chegada desse parceiro estratégico para a Santelisa, mas não opina sobre os novos rumos da empresa. Admite que já não mais participa das decisões estratégicas da gigante. E brinca: "Passo aqui [na Vale do Rosário] apenas para buscar correspondência.

## POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS

### **Biodiesel**

**Alga entra no "menu" dos biocombustíveis** - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 22/01/2009

Com alguns anos de atraso, o governo brasileiro começa a dar sinais concretos de que incluirá em sua política energética pesquisas com microalgas para a produção de biocombustíveis.

Estudadas há pelo menos 20 anos em iniciativas independentes de pesquisadores brasileiros, esses vegetais microscópicos entraram no foco do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Se antes as pesquisas se limitavam aos setores de cosméticos e fármacos, o interesse volta-se agora para a produção do biocombustível em escala comercial e viável do ponto de vista econômico.

O novo item do cardápio de matérias-primas pesquisadas para a produção de biocombustíveis chega com alguns atrativos. Com rápida reprodução e boa produtividade de óleo, as microalgas são vistas como opção plausível de alternativa ao petróleo. Contam ainda com uma vantagem ainda imbatível: reproduzidas em tanques de água marinha, elas não entram em conflito na disputa por terras agrícolas, questão-chave no debate atual.

De olho nesse futuro mercado, o Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnologia (CNPq), vinculado ao MCT e em parceria com o Ministério da Pesca e Aquicultura, lançou em 2008 um edital inédito para a contratação de projetos com o objetivo de investigar a fundo o potencial das algas para finalidade energética. Sessenta e três projetos foram apresentados, 11 selecionados.

Paralelamente, a Petrobras também dá seus passos. Desde 2006, a estatal trabalha em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), no Rio Grande do Sul, para desenvolver o novo biocombustível. O projeto já entra em sua segunda fase.

"Temos que suprir a necessidade de matéria-prima para a produção de biodiesel, que tire a dependência da soja. E o mais rápido possível", diz Rafael Menezes, coordenador de ações de desenvolvimento energético do Ministério da Ciência e Tecnologia.

As pesquisas foram divididas em cinco áreas prioritárias: o estudo do potencial de cepas de microalgas; a avaliação das propriedades físico-químicas do biodiesel de algas; os processos mais econômicos e eficientes; a avaliação da viabilidade econômica do cultivo e o desenvolvimento de técnicas para maximizar a produtividade do óleo.

Em dois anos, o CNPq investirá o total de R\$ 4,5 milhões em busca das respostas de ao menos parte das perguntas científicas. A primeira delas é também o maior desafio: como produzir combustível de algas a um baixo custo? "Esse tem sido o maior entrave à produção, aqui e no exterior", explica Armando Vieira, pesquisador da Universidade Federal de São Carlos e um dos selecionados no edital. Por isso, diz ele, é que ações recentes envolvendo o combustível de alga são simbólicas - marketing, acima de tudo.

Vieira refere-se ao voo demonstrativo realizado no início deste ano pela companhia aérea americana Continental Airlines, que colocou no ar um avião com um quarto do combustível oriundo de uma mistura de pinhão-manso e algas. "O processo para a produção de combustível de algas ainda é muito caro. Não é viável hoje para realizar vôos. Se quiserem, eu também faço esse combustível. Mas vai ser uma fortuna. US\$ 10 por litro", especula.

As cifras proibitivas devem-se ao processo industrial de concentração, separação e secagem das algas. Por serem extremamente pequenas, com tamanhos que variam de 2 a 200 micrômetros (uma milionésima parte do metro), as algas necessitam ser primeiro aglutinadas para então serem separadas da água. Isso só é possível através de filtragem, centrifugação ou por uso de flocculantes. Além de técnicas caras, consomem muita energia. "Uma centrífuga grande chega a custar hoje algo como US\$ 100 mil. Filtros, US\$ 5 a unidade. E são necessários centenas", afirma Paulo César Oliveira, da FURG.

Oliveira pertence à equipe de cientistas que desenvolve as pesquisas com algas para a Petrobras. Durante a primeira fase do projeto, os pesquisadores coletaram espécies nativas do Rio Grande do Norte e identificaram 40 espécies de microalgas. "Ainda estão sendo realizados estudos para verificar se entre elas há novas ocorrências em relação as 30 mil já catalogadas pela ciência", afirma, em nota, a estatal. Nos próximos 24 meses, o desafio do grupo será o escalonamento da produção, passando dos experimentos atuais com três mil litros de água para tanques maiores, de 10 mil litros. "A idéia é tirar até três quilos de algas por litro d'água, no período de dez dias", diz o pesquisador. A previsão de quando o combustível de algas estará no mercado é uma incógnita. Pesquisadores mais adiantados falam em uma década. No exterior, a corrida pelo "petróleo verde" dá passos mais largos. Nos Estados Unidos, a expectativa do setor privado é de produzir o biocombustível em metade desse tempo. E por uma razão simples. Ali, as microalgas são usadas há décadas na produção de encapsulantes e na aquicultura, para alimentar peixes e outros animais. Com a crise do petróleo, nos anos 70, o governo adotou a estratégia de estimular a aplicação desses organismos marinhos para a produção de energia a partir da biomassa, na tentativa de reduzir a dependência pelo óleo. Linhas de investimento especiais foram criadas pelo Departamento de Energia, resultando em dezenas de pesquisas do setor privado e universidades. A boa notícia é que, superado o problema do custo de produção, o combustível de alga terá, com efeito, uma vantagem competitiva. Diferentemente de outras oleaginosas, as microalgas se reproduzem de forma exponencial. Mantidas em tanques rasos, elas conseguem se duplicar em qualquer tipo de água, da salgada à salobra. Seu principal alimento é o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), o que lhes confere um segundo papel de "comedoras" de gases que afetam o ambiente. Outra vantagem, como já se disse, é que as microalgas não competem com outras culturas. Portanto, seu cultivo não exige o deslocamento de áreas tradicionalmente voltadas para a alimentação humana (um argumento forte sobretudo nos Estados Unidos, onde o milho é a matéria-prima para o etanol).

Pesa ainda a sua produtividade. A soja, principal base do biodiesel no Brasil, rende de 400 a 600 quilos de óleo por hectare e tem apenas um ciclo por ano. O girassol produz de 630 a 900 quilos. Mas uma pesquisa recente do Instituto de Biologia da Universidade Federal Fluminense indica que microalgas encontradas no litoral brasileiro têm potencial energético para produzir 90 mil quilos de óleo por hectare. É uma interessante nova frente de ação. "Estamos falando de algo novo e que até pouco tempo atrás era totalmente ignorado. Muitas pessoas achavam que eu perdia tempo com estes assuntos 'estranhos'. Agora tudo mudou", conta Sergio Lourenço, pesquisador da Universidade Federal Fluminense, responsável pelo estudo. "Perdemos terreno por nunca ter investido o suficiente nessa frente".

## **Etanol**

### **Brasil economiza US\$ 976 milhões em importação de diesel** – Sítio Eletrônico da CNA – 22/01/2009

A produção brasileira de biodiesel proporcionou ao país uma economia de US\$ 976 milhões em 2008, referente à importação de diesel de petróleo, o equivalente a 1,1 bilhão de litros do combustível. Os dados estão no Boletim Mensal de Combustíveis Renováveis, do Ministério de Minas e Energia. Segundo o estudo, esta redução está atribuída à mistura compulsória do biodiesel ao diesel. O gasto total com a importação de diesel do petróleo no ano passado foi de US\$ 4,9 bilhões, o que representa quatro bilhões de litros, volume 36% maior do que o de 2007.

O levantamento revela, também, que o Brasil exportou 5,16 bilhões de litros de etanol no ano passado. Os Estados Unidos foram os principais compradores do etanol brasileiro, adquirindo 2,8 bilhões de litros.

*Com informações do Ministério de Minas e Energia*

### **Mangabeira Unger e o Nordeste** – Sítio eletrônico da CPT – *Roberto Malvezzi (Gogó)* - 26/01/2009

Mangabeira Unger veio discutir uma estratégia de desenvolvimento para o Nordeste, particularmente o vale do São Francisco. Carioca, neto de Otávio Mangabeira, mestre dos caciques políticos baianos, fala com sotaque americano porque seu pai era alemão naturalizado americano. Professor de Harvard, inclusive de Barak Obama, é intelectual famoso no mundo inteiro.

Mangabeira, primeiro, quis ouvir, inclusive os movimentos sociais. Eu fui uma das dez pessoas que pode falar no auditório repleto do Centro de Cultura João Gilberto, Juazeiro, Bahia. Depois ele falou por quase uma hora.

Acho fundamental saber o que o ministro pensa da região e o que pensamos do pensamento do Ministro.

1. É louvável a proposta de uma concepção estratégica de desenvolvimento para o vale do São Francisco, para o Nordeste e, sobretudo, para o Brasil. Há mais de vinte anos a sociedade civil organizada do Nordeste sente a necessidade de que haja uma visão holística da realidade Nordestina, particularmente do semi-árido. Pensamos o vale do São Francisco nesse contexto. Portanto, concordamos.
2. Primeiro Mangabeira ouviu. Falaram empresários, representantes de bancos, políticos, universidade, religiosos, sindicalistas e nós pelos movimentos sociais. Ouviu que a região tem potencial agrícola de sequeiro e irrigado; imenso potencial energético eólico e solar; um povo com sua cultura; uma região com os piores índices de IDH do planeta. Mas ouviu que há projetos em implementação, tecnologias sociais apropriadas em andamento, o projeto 1 milhão de cisternas, o projeto “Uma Terra e duas Águas”, das riquezas gerada pela irrigação. Ouviu críticas à concentração da terra, água, riqueza e prevalência dos grandes grupos sobre a população originária da região.
3. Mangabeira ouviu e propôs sua estratégia em cinco vertentes: **agricultura, indústria, educação, mineração e grandes projetos**. Citou a agricultura de irrigação e sequeiro, a indústria de pequeno e médio porte, a educação focada no ensino médio - particularmente técnico - e grandes projetos, como a integração da malha ferroviária nordestina ao resto do país. Afirmou que o



Nordeste não deve “querer ser S. Paulo”, que aqui “está a vanguarda de um novo Brasil”, “da reinvenção de um novo modelo desenvolvimento brasileiro”. Afirmou ainda que o Nordeste passa por uma mudança nas suas lideranças políticas, porém, que “há um vazio intelectual no Nordeste desde Celso Furtado”.

4. Chamou a atenção o fato do Ministro não se referir à fragilidade ambiental do semi-árido ou do São Francisco. Como uma espécie de resposta às nossas observações, disse que o “Cerrado era considerado inviável e hoje é o celeiro do Brasil”. Para ele, parece que a técnica e a ciência são fetiches que resolvem todos os problemas da humanidade, inclusive os criados pela própria técnica e ciência. Não tocou na perspectiva grave do aquecimento global e suas conseqüências para o semi-árido, particularmente a diminuição no regime das chuvas, intensificação da evaporação da água e desertificação. Como pensar estrategicamente a região sem levar em consideração os cenários graves que a mudança climática traz para o semi-árido?
5. O Ministro também não considerou o pensamento e a práxis coletiva da sociedade civil que tem sim uma visão estratégica para o semi-árido, senão completa, ao menos para o meio rural, o que chamamos de “convivência com o semi-árido”. Talvez o que ele chame de “vazio intelectual” seja a ausência de personalidades à altura de Celso Furtado, mas hoje há um pensamento e uma práxis coletivas que operacionaliza o que o Estado brasileiro nunca operacionalizou para as populações mais carentes. O fato de não haver mais saques, frentes de emergência e êxodo intenso do Nordeste para outras regiões, muito se deve ao que a sociedade civil desenvolveu nas últimas décadas, muitas vezes com colaboração e participação do governo.
6. Há ainda as propostas polêmicas, como focar o ensino médio e técnico, não o ensino fundamental. Estranho pensar o ensino médio sem a pedra do ensino fundamental, mas foi o que ele disse. Para nós, além disso, não existe educação se ela não for contextualizada. Nossas crianças precisam aprender o que é o semi-árido na própria sala de aula. Do contrário, também vão alimentar o preconceito contra si e contra a região na qual nascem e vivem.
7. A questão mais grave, entretanto, foi quando o Ministro afirmou publicamente – já afirmara antes para a mídia - que “a miséria imobiliza, desmotiva, portanto, o carro-chefe do desenvolvimento do Nordeste não pode ser os pobres, mas os batalhadores do povo, aqueles que têm dois ou três empregos, que vão à luta. Esses arrastarão os demais atrás de si. Portanto, não partir nem dos mais pobres, nem dos mais ricos, mas desses que vão à luta”.

Dessa forma, Mangabeira cria dois impasses fundamentais em relação à região. A primeira é em relação aos intelectuais, como se aqui houvesse mesmo um deserto de idéias. A segunda com os pobres do Nordeste. Francamente, deu arrepios ouvir o Ministro se pronunciar dessa forma. Será que ele desconhece a nova concepção semi-árido e Nordeste construída nos últimos vinte ou trinta anos? Será que ele acha mesmo que os pobres do Nordeste são imobilizados? Será quem em pleno século XXI o Ministro Mangabeira vai recriar a figura agora nordestina do “Jeca Tatu”, criação de Monteiro Lobato sobre os caipiras do sul e sudeste, mito do qual mais tarde viria a se arrepender profundamente? Não é possível que o Ministro queira pensar o desenvolvimento estratégico do Nordeste a partir de um preconceito tão primitivo. Certamente ele não desconhece o que está acontecendo no Nordeste, conhece a história do Nordeste com suas infinitas rebeliões, conhece

a força, a arte e a beleza do povo nordestino, inclusive os mais pobres. A primeira atitude de quem quiser mudar o Nordeste é mudar a si mesmo, despindo-se de toda idéia preconcebida. O Ministro precisa dessa conversão.

Ainda mais, esse sujeito social de vanguarda (sic!) “dos dois ou três empregos” parece fruto da imaginação. Será que ele fala desses migrantes, que trabalham na sua própria roça, depois mergulham em todos os canaviais do Brasil, tantas vezes no trabalho escravo, para ganhar seu pão? Impossível criar laços de vanguarda em pessoas tão dispersas, tão preocupadas com a sobrevivência de cada dia. Mas pode-se contar também com eles. A mudança do Nordeste não acontecerá sem seu povo, esse real, o sertanejo, esmagadora maioria submetida aos piores índices de desenvolvimento de todo o planeta. Sem nenhuma imodéstia, os governantes brasileiros e a intelectualidade das universidades têm muito a aprender com a sociedade civil articulada no Nordeste nos últimos vinte anos.

8. Enfim, à primeira vista, embora seja interessante que o governo brasileiro pense um desenvolvimento estratégico para o Nordeste e o Brasil, “onde a dimensão social esteja integrada ao núcleo do desenvolvimento econômico, não como apêndice” (palavras do Ministro) é preciso perguntar de qual estratégia estamos falando e a quem ela servirá. Não adianta o Ministro afirmar que o “Nordeste é a vanguarda do novo modelo de desenvolvimento brasileiro” se ele põe em dúvida a capacidade de reação da população mais pobre, exatamente a que deve ser sujeito de sua própria mudança. Também é impossível pensar o futuro do Nordeste sem pôr na equação desenvolvimentista a dimensão ambiental.
9. Há uma nova concepção de semi-árido e Nordeste hoje muito diferente de vinte ou trinta anos atrás. Fundamental que o Ministro – como dizia mestre Paulo Freire – esteja disposto a “aprender novamente o Nordeste”. Esse seria o princípio básico para construirmos uma estratégia de desenvolvimento apropriada a essa região. Claro, como Ministro ele tem muito a contribuir.

### **Reunião discute ações para qualidade da energia elétrica nas propriedades rurais - - Sítio eletrônico da Fetraf – Luciane Bosenbecker - 23/01/2009**

Nesta sexta-feira (23.01), aconteceu nos municípios de Sananduva e Erechim reuniões para tratar das ações para a melhoria da qualidade da energia elétrica nas propriedades rurais da região de Alto da Serra e do Alto Uruguai. Participaram do encontro o coordenador geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Sul), o deputado estadual, Ivar Pavan, o gerente regional da empresa Rio Grande Energia (RGE), Paulo César, o coordenador do Programa Luz para Todos do Ministério de Minas e Energia, João Ramiz e representantes da Comissão de Serviços Públicos da Assembléia Legislativa do RS.

No encontro a RGE realizou a prestação de contas dos investimentos nas regiões em 2008 e apresentou a programação de obras no período 2009/2011. No cronograma está previsto até junho a conclusão das obras da nova rede de Sananduva e até 2011 a implantação do novo alimentador para a região. Dos 14.279 domicílios que a Empresa atende no Estado, 76% são rurais.

No Rio Grande do Sul houve um aumento da demanda de energia elétrica no meio rural de em média 8% ao ano. As redes construídas têm de 20 a 30 anos e neste último período os investimentos feitos pelos agricultores familiares em tecnologias, máquinas e industrialização de produtos têm gerado uma carência da capacidade das redes de energias instaladas.

Para solucionar esse problema, as empresas têm cobrado valores abusivos dos agricultores. Por isso a Fetraf realizou várias audiências públicas regionais e vem negociando com o

governo estadual e federal e por isso foi acertado um repasse de R\$ 48 milhões de verbas federais para o estado.

### **Área de plantio de cana será aumentada** - Luiza Damé – O Globo – Nacional – 22/01/2009

BRASÍLIA. Depois de uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outros quatro ministros, Carlos Minc (Meio Ambiente) anunciou ontem que o governo vai lançar em fevereiro o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e a lei para redução das queimadas na produção de cana. Segundo Minc, será autorizada expansão da área de cultivo da cana dos atuais sete milhões de hectares para 13 milhões de hectares, até 2017. Isso significa que o plano é ampliar a área plantada de cana em mais seis milhões de hectares num período de nove anos.

O governo vetou, no entanto, que a expansão ocorra na Amazônia, no Pantanal e nas regiões de vegetação nativa. As usinas de produção de álcool já instaladas nesses biomas serão mantidas.

— No zoneamento agroecológico da cana, há uma grande convergência (de opiniões, dentro do governo), e ele provavelmente será anunciado em fevereiro pelo presidente.

Vamos usar áreas planas, áreas fora da Amazônia, do Pantanal e de vegetações nativas — afirmou Minc.

Medida valerá apenas para novas áreas de plantio O ministro disse que o zoneamento agroecológico valerá apenas para as novas áreas de plantio da cana.

Minc disse ainda que há 40 milhões de hectares disponíveis para a expansão e, por isso, não será necessário avançar sobre áreas protegidas pelo meio ambiente.

— Há acordo entre os ministérios de que não haverá nenhuma nova usina de cana no Pantanal nem na Amazônia nem em área de vegetação nativa — insistiu ele.

Segundo Minc, existem hoje cinco usinas de álcool na Amazônia, e as que estão embargadas terão de resolver esse problema na Justiça.

— Isso é uma gota no oceano. Em momento algum, discutiu-se fechar as usinas que existem — afirmou.

Ao mesmo tempo em que permite a ampliação do cultivo de cana, o governo pretende aprovar uma lei para reduzir as queimadas. Nas áreas novas de expansão da cana, ficará totalmente proibida a utilização de queimadas para facilitar a produção. As terras de expansão da cana também terão tratamento do vinhoto, transformando-o em biofertilizante, e da matéria orgânica para produção de biomassa.

Intenção é reduzir queimadas em áreas já cultivadas com cana Nas áreas já cultivadas atualmente com cana, a ideia é que haja redução progressiva das queimadas.

Pelo cronograma do governo, a redução começará em 2010, com menos 20% do total de queimadas; 2012, 30%; 2014, 50%; 2018, 80%; até 2020, quando a redução de queimadas chegaria a 100%, eliminando o problema. Essa medida se destinará aos sete milhões de hectares hoje plantados. Segundo o ministro, a lei vai prever punições para os usineiros que não reduzirem as queimadas, incluindo restrições ao crédito, multas e interdição da produção.

Minc disse que a redução das queimadas representa “um ganho muito importante”, porque essa prática elimina matéria orgânica, emite gás carbônico agravando o efeito estufa responsável pelo fenômeno do aquecimento global, e agride o pulmão das pessoas.

— Vai haver uma série de medidas de direcionamento de crédito, de maquinário e restrições legais.

Os empresários vão ter um cronograma e vão ter de se adaptar a ele, na forma da lei. Se, depois desse período, eles continuarem queimando, será interditada a produção — afirmou o ministro.

Minc explicou que as restrições às queimadas têm também o objetivo de reduzir as críticas ao Brasil, que é o quarto maior produtor do mundo de gases que provocam o efeito estufa: — Tanto do ponto de vista ambiental como para defender o nosso mercado, o nosso etanol tem de ser 100% verde. Primeiro porque é bom para o Brasil. Segundo, porque, se (a produção) não for 100% verde, os nossos adversários vão seguramente usar o argumento ambiental para colocar entrave ao etanol brasileiro — argumentou Minc

## **Heróis de Lula, usineiros demitiram 70 mil em 2008. Presidente ficou estarrecido** – Eliane Oliveira - O Globo – Economia – 24/01/2009

'Heróis' de Lula, usineiros demitiram 70 mil em 2008 Presidente ficou estarrecido  
BRASÍLIA. Na noite da última quarta-feira, em reunião no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, números que o deixaram estarrecido. Em dezembro de 2008, o número de desempregados no campo foi de 134 mil pessoas, o dobro do registrado no mesmo mês de 2007. E mais: a perda de postos de trabalho no setor sucroalcooleiro contribuiu com nada menos que 70,1 mil demissões.  
Ou seja, os que mais demitiram foram os usineiros — a quem Lula chamou de “heróis” em 2007 por terem uma “política séria” de investimentos.  
Os desempregados nas lavouras de cana correspondem a 52% do total. Segundo o ministro, Lula determinou que sejam estudadas medidas para estimular os produtores.  
Também revelou que outros produtos causam preocupação ao presidente.  
São eles café, algodão e carne suína.

— O setor sucroalcooleiro passou por apertos muito grandes com a crise. Demitiu, não gerou empregos e congelou investimentos — afirmou Stephanes.  
O economista da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), José Ricardo Severo, disse que o reflexo da crise financeira internacional é um fator importante no desemprego do setor. Ele lembrou, porém, que já havia demissões no campo, em decorrência do avanço da colheita mecanizada nas lavouras. Severo lembrou que 1% de mecanização em São Paulo, por exemplo, equivale a 2.700 trabalhadores demitidos.  
O ministro da Agricultura disse que o setor sucroalcooleiro será tratado em separado de outras culturas. Medidas para melhorar o cenário atual, incluindo formas de garantir oferta, exportação e preços, estão em discussão.  
Para outras culturas, Stephanes destacou a seca no Sul, que fez com que o Paraná tivesse queda de 30% na produção.  
Outro problema foi a necessidade de recursos para comercialização da safra, que começa a ser colhida no próximo mês. O governo já garantiu uma verba adicional de R\$ 5 bilhões, mas o ministro pediu à Fazenda mais R\$ 2 bilhões para as cooperativas.  
(Eliane Oliveira)

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

### **Etanol**

#### **A política energética de Obama - José Goldemberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 20/01/2009**

O novo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, que toma posse hoje, introduzirá, ao que tudo indica, inúmeras modificações nas problemáticas e controvertidas políticas seguidas pelo presidente George W. Bush, que vão desde o envolvimento nas guerras do Oriente Médio até a política econômica.

Entre elas, porém, figura, com destaque, a política energética seguida por aquele país, que é responsável pelo consumo de 25% de toda a energia consumida no mundo, apesar de ter apenas 5% da população mundial. Mais ainda, cerca de 80% desta energia se origina em combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural),

tornando-o o maior emissor mundial de gases de efeito estufa - responsáveis pelo aquecimento da Terra e pelas mudanças climáticas.

O extraordinário progresso material dos Estados Unidos é baseado no consumo destes combustíveis, cuja comercialização movimenta aproximadamente US\$ 2 trilhões por ano.

Os extravagantes padrões de consumo dos Estados Unidos exigem um consumo de energia per capita (predominantemente fóssil) que é o dobro do da Europa e cinco vezes maior que o da maioria dos países em desenvolvimento. Os interesses econômicos que se formaram em torno deste comércio são imensos e vão desde a indústria do carvão e a produção de eletricidade com ele até o petróleo e a indústria automobilística.

Não é surpreendente, portanto, que qualquer tentativa de reduzir o consumo de combustíveis fósseis encontre tanta resistência nos Estados Unidos, mesmo que o bom senso indique que isso deveria ser feito. Desde os tempos do presidente Richard Nixon, há mais de 30 anos, uma das metas do governo americano - nunca alcançada - é a de atingir a “independência energética”, reduzindo a importação de petróleo, uma vez que mais da metade dele vem do Oriente Médio, o que explica, aliás, em parte a forte presença militar dos Estados Unidos naquela região e os gastos decorrentes.

Por causa da extrema dependência americana do consumo de combustíveis fósseis, o governo dos Estados Unidos não aderiu ao Protocolo de Kyoto, cuja finalidade era a de levar à redução dos gases de efeito estufa. As emissões americanas, em lugar de serem reduzidas, como ocorreu em vários países da Europa, aumentaram muito desde 1990.

A política energética da administração George W. Bush em relação ao Protocolo de Kyoto foi sistematicamente uma política hostil, mobilizando até funcionários públicos capazes de alterar documentos - oriundos de laboratórios científicos do próprio governo - alertando para as consequências do aquecimento global, com a finalidade de minimizar os riscos decorrentes.

Na prática, a política do governo federal dos Estados Unidos era apenas a de estimular o desenvolvimento de tecnologias que permitissem continuar a usar combustíveis sólidos, tornando-os, porém, “mais limpos”, como, por exemplo, capturando o carbono emitido pelas chaminés das usinas que geram eletricidade a partir do carvão e armazenando-o em cavernas profundas.

Outra opção do governo Bush foi a de tentar - sem sucesso até agora - reativar a indústria nuclear americana, paralisada desde 1985.

A atenção dedicada ao uso de fontes renováveis de energia foi pequena, apesar de elas não emitirem carbono e serem produzidas localmente - o que contribui para a independência energética -, exceto em alguns Estados, como o Texas.

O novo governo americano deve mudar substancialmente essas políticas, como indica a nomeação do novo secretário de Energia (correspondente ao nosso

ministro de Minas e Energia), o dr. Steven Chu, Prêmio Nobel de Física (1997) e professor da Universidade da Califórnia.

As ideias do presidente Barack Obama sobre energia foram expressas com clareza na cerimônia em que anunciou a escolha do novo secretário. Ao agradecer a indicação, o dr. Steven Chu repetiu suas opiniões já bem conhecidas e publicadas mais de um ano atrás.

Que opiniões são essas? Em primeiro lugar, reduzir o consumo de energia sem abrir mão dos serviços que ela oferece, isto é, usar energia de forma mais eficiente. Isso não apenas é possível como foi feito com sucesso na Califórnia desde 1980, onde a grande maioria dos equipamentos não pode ter um consumo enérgico maior do que o fixado pelo governo do Estado.

Em segundo lugar, aumentar a produção das energias renováveis já bem desenvolvidas, como a eólica (dos ventos) e a solar, para geração de eletricidade e aquecimento de água para usos domésticos e industriais; e, mais significativamente, o uso de biomassa. O aperfeiçoamento das tecnologias usadas hoje para o uso de biomassa (incluindo modificações genéticas) oferece grandes perspectivas. Esta é uma área em que o Brasil está muito avançado - em particular, com os programas de pesquisa financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) -, na produção de etanol (e eletricidade) com cana-de-açúcar. As possibilidades de cooperação dos Estados Unidos com o Brasil nesta área são muito boas.

Em terceiro lugar, estimular o desenvolvimento de novas tecnologias até torná-las competitivas no mercado.

Se implementadas, estas políticas permitirão aos Estados Unidos reduzir suas emissões de carbono (e de outros poluentes), diminuir suas importações de petróleo e, eventualmente, exportar tecnologias “limpas”. Elas fazem, portanto, mais sentido do que as políticas - ou a ausência de políticas - adotadas até agora no governo Bush.

**\*José Goldemberg, professor da USP, copresidiu em 2007, com o dr. Steven Chu, um relatório preparado pelas Academias de Ciências de vários países intitulado O Caminho para um Futuro Energético Sustentável (www.interacademycouncil.net)**

**Setor de biocombustível dos EUA espera retomada este ano** - Dirk Lammers – Valor Econômico – Agronegócios- 19/01/2009

O etanol de celulose, a próxima esperança da indústria de biocombustível, afetado no último ano pela volatilidade das commodities e redução de margens, continua sua lenta marcha à comercialização.

Maior produtora de etanol dos EUA, a Poet abriu as torneiras de uma biorrefinaria de US\$ 8 milhões em seu centro de pesquisas em Dakota do Sul, que produzirá por ano 76 mil litros de combustível de sabugo e fibras de milho normalmente deixados sem uso no campo. A usina-piloto servirá como precursora da biorrefinaria maior, de escala comercial, de US\$ 200 milhões, prevista para operar em Iowa, em 2011.

A Poet é uma das várias usinas sustentadas por centenas de milhões de dólares em concessões do Departamento de Energia americano, idealizada para ajudar a evolução dos combustíveis de matérias-primas como gramíneas, palha de trigo e aparas de madeira. A indústria faz etanol de milho há mais de 20 anos. Jeff Broin, CEO da empresa, prevê que agregar o sabugo à composição elevará o rendimento de etanol em 11% por bushel de milho e 27% por acre plantado.

A expansão das duas formas de produção ajudará os EUA a atingir suas ambiciosas metas de uso de combustíveis renováveis, que exigirão a mistura de 136 bilhões de litros de biocombustíveis à gasolina até 2022, segundo Broin. "Há potencial, tanto no etanol de celulose como no de grãos, para reduzir a dependência do nosso país por energia", diz.

Quase todo o etanol nos EUA é feito de milho, e 2008 foi um ano difícil para o setor. A VeraSun Energy, segunda maior produtora do país, entrou com pedido de recuperação judicial após o aperto no crédito tê-la impossibilitado enfrentar as oscilações no preço dos combustíveis e do milho. As ações da Aventine Renewable Energy, Pacific Ethanol e BioFuel Energy perderam em torno de 95% do valor durante o ano.

A florescente indústria de etanol celulósico, porém, provavelmente já se depararia com a inquietude dos investidores mesmo se o país não estivesse enredado entre a letargia do mercado de crédito e a recessão da economia, advertiu Cole Gustafson, economista especialista em biocombustíveis na Universidade Estadual de Dakota do Norte, em Fargo.

As atuais usinas de etanol de milho possuem referenciais de desempenho consistentes, que se encaixam bem no balanço financeiro, enquanto a indústria de etanol celulósico testa uma ampla variedade de matérias-primas, o que poderia confundir os investidores. As empresas trabalham com múltiplos processos de conversão, tanto biológicos como termomecânicos, e a indústria precisa determinar seus mercados para matérias-primas e descobrir como transportá-las, afirmou Gustafson.

"Como consequência será muito difícil conseguir capital de Wall Street e de outros investidores que estão à margem da agricultura", disse.

Embora nenhuma biorrefinaria de etanol de celulose tenha alcançado escala comercial até agora, a usina da Poet é uma entre as várias fábricas em fase experimental que foram abertas nos últimos 12 meses.

A KL Energy Crop, na Dakota do Sul, começou a operar uma usina em janeiro de 2008, com capacidade para produzir 5,7 milhões de litros de etanol por ano a partir de restos de madeira. A Verenium inaugurou em abril uma usina na Louisiana que transformará resíduos agrícolas e de madeira 5,3 milhões de litros de combustível por



ano. E a AE Biofuels, na Califórnia, abriu uma usina de provas em agosto, com mais de 800 metros quadrados, em Montana, na qual testará a criação de combustíveis a partir de produtos não comestíveis, como palha de trigo e grama. Produzir etanol de materiais diversos não é tarefa fácil. A celulose é densa e difícil de desmembrar do resto dos vegetais. As matérias-primas normalmente precisam passar por tratamento prévio. As empresas continuam aperfeiçoando as enzimas necessárias para extrair açúcares complexos e derrubar o custo. O fermento usual que quebra os açúcares simples não funciona com açúcares complexos, portanto, são necessários mais microorganismos avançados durante a fermentação.

O Departamento de Energia, decidiu a tornar o etanol celulósico competitivo até 2012, concedeu US\$ 385 milhões a seis empresas em 2007, para o desenvolvimento das primeiras usinas que transformem biomassa em combustível em grande escala. "O que interessa é quando o setor privado para esses empreendimentos decolará. E isso está um pouco longe", disse Gustafson.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

**Assistentes de Pesquisa**

Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**

Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

**Apoio**



actionaid



nead

Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

